





SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE EDITAL Nº 02 DE PREMIAÇÃO PARA AS DEMAIS ÁREAS DA CULTURA LEI PAULO GUSTAVO 2023

A Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, por intermédio da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022, e Lei complementar nº 202 de 15 de dezembro de 2023, do Decreto nº 11.525 de 11 de maio de 2023 e do Decreto nº 11.453 de 23 de março de 2023, em conformidade com os ditamesda Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 8.666/1993 e de outros regramentos legais aplicáveis, torna pública a convocação do Edital de Premiação por Trajetória para as Demais Áreas da Cultura que pleiteiam os recursos do Art. 8ª da Lei Paulo Gustavo - LPG, no valor de **R\$ 64.842,41** (sessenta e quatro mil oitocentos e quarenta e dois reais quarenta e um centavos), para análise, julgamento e aprovação pela Comissão de Análise, aplicando normas e exigências estabelecidas no presente Edital e demais anexos, que integram o mesmo, publicado no Diário Oficial do Município - AMUPE, ficando à disposição dos interessados, para consulta no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal, e na sede da Secretaria Educação, Cultura e Esporte.

2. DO OBJETO

O Prêmio a que se refere este Edital, é uma ação emergencial que visa o reconhecimento da trajetória de artistas, produtores, fazedores, coletivos, grupos ou instituições culturais, PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA por meio de suas práticas, transmissão de saberes, fazeres e conhecimentos na criação e execução dos bens artístico-culturais DAS DEMAIS ÁREAS DA CULTURA, exceto audiovisual.

Entende-se por trajetória cultural os artistas, produtores, coletivos, grupos ou instituições culturais que comprovem atuação a contar retroativamente da publicação deste edital.

Entende-se como fazedor/a da cadeia produtiva da cultura toda e qualquer pessoa que adquire ou complementa sua renda através de trabalhos desempenhados na sua referida linguagem/segmento, sejam eles da Música, Literatura, Artesanato, Fotografia, Gastronomia, Teatro, Dança, Circo, Artes visuais e afins, exceto Audiovisual, que comprovem efetivamente a realização de suas atividades há, pelo menos, 02 (dois) anos anterior a este edital de premiação.

3. DAS OPORTUNIDADES E VALORES PARA PREMIAÇÃO

O valor total disponibilizado para este Edital é de **R\$ 64.842,41** (sessenta e quatro mil oitocentos e quarenta e dois reais quarenta e um centavos), Serão premiadas, emâmbito municipal, 60 (sessenta) inscrições, nas seguintes categorias e nos segmentos indicados na tabela de distribuição de valores.

- a) Categoria A Artista Individual, Pessoa Física (incluindo MEI);
- b) Categoria B Grupos, coletivos, associações ou instituições com ou sem CNPJ.









TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES TOTAL **SEGMENTO VAGAS** VAGAS VAGAS VALOR DA **INDÍGENAS VAGAS PREMIAÇÃO AMPLA NEGROS/AS** DANÇA 7 2 1 10 R\$ 1.000,00 1 1 1 ARTES VISUAIS E 03 R\$ 1.000,00 **FOTOGRAFIA TEATRO** 1 1 02 R\$ 1.000,00 **ARTESANATO** 10 3 1 14 R\$ 1.000,00 **MÚSICA** 7 2 1 10 R\$ 1.000,00 LITERATURA/POESIA 1 1 02 R\$ 1.000,00 CULTURA POPULAR 7 2 1 10 R\$ 1.000,00 e TRADICIONAL **GRUPOS MUSICAIS** 4 1 1 06 R\$ 2.307,00 VALOR R\$ 64.842,00 TOTAL

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Estão habilitados a participar deste **EDITAL DE PREMIAÇÃO PARA AS DEMAIS ÁREAS DA CULTURA LEI PAULO GUSTAVO 2023**, os Trabalhadores/as da cadeia produtiva da cultura do município de Taquaritinga do Norte, pessoas físicas (maiores de 18 anos), fazedores, artistas, grupos, coletivos ou instituições, com ou sem CNPJ, incluindo MEI de natureza cultural.

5. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições deverão ser realizadas no período de 02 de janeiro de 2024 até às 13h do dia 17 de janeiro de 2024 (horário de Brasília) no formato online através do email:diretoriadeculturataqdonorte@gmail.com ou presencial na sede da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada no endereço Rua Padre Berenguer, 103, Centro, Taquaritinga do Norte/PE.

O **PROPONENTE** deve estar com o cadastro homologado no Município, e encaminhar comprovação de atuação de no mínimo 01(um) ano no segmento artístico-cultural que satisfaçam as condições dos critérios de habilitação/avaliação neste Edital.







Não poderão se inscrever e concorrer a este chamamento, aqueles já habilitados para a mesma categoria em edital anterior.

Cada proponente poderá se inscrever somente 01 (uma) proposta neste Edital. Na hipótese de haver mais de uma inscrição por proponente, será considerada a última inscrição enviada e os materiais das inscrições anteriores serão desconsiderados.

No ato da inscrição (formulário de inscrição **Anexo I**), os proponentes deverão informar:

- a) Categoria
- b) Segmento
- c) Nome do artista/atração/grupo/coletivo
- d) Nome do Proponente (PF) ou representante legal (CNPJ) ou MEI
- e) Histórico de atuação/trajetória
- f) Comprovações de sua atuação/trajetória

São documentos obrigatórios no ato da inscrição:

- a) Formulário de inscrição com todos os campos devidamente preenchido (Anexo I):
- b) Cópia do documento de identificação e CPF do(a) proponente pessoa física e/ou representante legal de grupo, coletivo, associação ou instituição cultural;
- c) Cópia do número de inscrição de CNPJ ou MEI, caso possua;
- d) Cópia do comprovante de residência em nome do inscrito ou declaração do titular, afirmando a residência do mesmo no endereço indicado;
- e) Declaração de representatividade (**Anexo V**), assinada pelos integrantes da iniciativa representada, quando for o caso grupo, coletivo, associação ou instituição com ou sem CNPJ;
- f) Autodeclaração dos aspectos sociais referente ao proponente Pessoa Física ou do representante legal da Pessoa Jurídica.
- 1. Negro ou negra; (Anexo II).
- 2. Pessoa indígena; (Anexo III).
- 3. Gênero feminino (cis ou transgênera); (Anexo IV).
- 4. Pessoa idosa(a) com idade igual ou superior a 60 anos; (Anexo IV).
- Pessoas com Pessoa LGBTQIA+;(Anexo IV).
- 6. Pessoa Com Deficiência (PCD); (Anexo IV).
- 7. Povos e Comunidades Tradicionais (quilombolas, de terreiro, ciganos e ribeirinhos); (Anexo IV).
- 8. Pessoa em situação de vulnerabilidade socioeconômica. (Anexo IV).
- g) A autodeclaração dos aspectos sociais, citada no item 5.5, alínea "E", poderá ser assinada de próprio punho ou por meio de certificado digital

Portfolio/comprovações: As comprovações devem conter materiais legíveis, com atuação do proponente Pessoa Física comprovem data а grupo/coletivo/associação/instituição com ou sem CNPJ, incluindo MEI de no mínimo 01(um) ano (observando a tabela de critérios do item 8 deste edital) tais como: matérias de jornal, revistas, sites e redes sociais (links), folders, programas e afins, contratos de







apresentação ou prestação de serviço, declarações assinadas por outros artistas reconhecendo a atuação do (a) artista ou grupo, entreoutras.

Obs: Fotos com datas digitadas ou manuscritas não servirão de comprovação.

O proponente deverá sinalizar o segmento (conforme tabela de distribuição de valores) em que o projeto se enquadra. Eventuais incongruências identificadas nas informações no formulário de inscrição ou nos anexos solicitados, podem desclassificaro proponente.

No caso de grupo artístico não constituído como Pessoa Jurídica, representado por Pessoa Física, será necessário apresentar uma Declaração de Representação do grupo, coletivo, associação ou instituição, com a assinatura de 30% (trinta por cento) dos integrantes da atração, acompanhadas de cópia do documento de identificação com foto de cada assinante. Conforme modelo da Declaração de Representação de Grupo/Coletivo sem CNPJ, **Anexo V**.

O Documento da Declaração de Representação de Grupo/Coletivo sem CNPJ será cabível nos casos em que o proponente for parte integrante da atração. O(A) proponente Pessoa Física ou MEI não poderá representar atrações, caso não seja parte integrante delas.

Cabe exclusivamente ao responsável pela inscrição do projeto, o diálogo com a gestão da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, ficando sob sua responsabilidadea relação com os demais integrantes do grupo, coletivo, associação ou instituição com ousem CNPJ.

6. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS COTAS RACIAIS

Das vagas destinadas neste Edital de Premiação, 20% (vinte por cento) serão destinadas a proponentes/representantes que se autodeclararem, sob penas da Lei, negros(as) e pardos(as), e 10% (dez por cento) destinados para as etnias indígenas, de acordo com proporcionalidade de vagas detalhadas na tabela de distribuição de valores deste Edital.

Os agentes culturais que, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadasàs cotas, deverá preencher a autodeclaração (Anexo II e Anexo III), conforme quesito relativo à cor ou raça, utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme o link: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pesquisa/23/24304?detalhes=true

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras ou pardas e indígenas concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

Os agentes culturais negros e pardos e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas,ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.







No caso de não existirem inscrições aptas em número suficiente para o cumprimentode uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

As pessoas jurídicas podem concorrer às cotas, desde que possuam quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras, pardas ou indígenas, posição de liderança no quadro de dirigentes, além de outras formas de composição que garantamo protagonismo de pessoas negras, pardas e indígenas na pessoa jurídica.

A autodeclaração terá validade somente para este processo seletivo e será, em casode inverídica, objeto das penas da lei.

- 6.9. O(a) candidato(a) não será considerado(a) na condição de pessoa negra, parda ou indígena, caso não assinar, legalmente, a autodeclaração.
- 6.10 Os resultados deste Edital, relativos aos(às) proponentes cotistas negros(as) ou pardos(as), indígenas, poderão ser amplamente divulgados, também podendo ser impugnados, no mesmo prazo previsto para a interposição de recursos.

7. DO CALENDÁRIO

ETAPA	PERÍODO
Publicação do edital	27/12/2023
Período de impugnação	28/12/2023 a 29/12/2023
Período de inscrição	02/01/2024 a 17/01/2024
Avaliação das inscrições	18/01/2024 a 23/01/2024
Divulgação do resultado preliminar dos habilitados e/ou inabilitados	24/01/2024
Período de recursos	25/01/2024 e 29/01/2024
Julgamento dos recursos	30/01/2024 a 02/02/2024
Divulgação do julgamento dos recursos e Publicação do Resultado Final	05/02/2024
Período de pagamento	06/02/2024 a 29/02/2024

8. DA COMISSÃO DE ANÁLISE, DO PROCESSO DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS.







A Comissão de Análise, responsável pela avaliação e habilitação das inscrições, deste Edital, terá no mínimo 03 (três) membros (pareceristas), nomeados pela Secretaria Educação, Cultura e Esporte em portaria específica e no Diário Oficial do Município.

A comissão de análise se reunirá no período estabelecido no calendário do edital, preservando os critérios aqui estabelecidos, garantindo os princípios da transparência, isonomia, legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e equilíbrio na distribuição dos recursos.

Na análise das inscrições pelos pareceristas serão considerados os seguintes aspectos, pontuados de **0 a 10 e 0 a 60**, podendo obter média final de até 100 (cem) pontos em todas as categorias:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Documentação da trajetória, por meio de registros diversos como fotos, certificados, declarações, vídeos, matérias de jornais e revistas e afins. De 01 a 02 anos de comprovação	De 0 a 10 pontos
Documentação da trajetória, por meio de registros diversos como fotos, certificados, declarações, vídeos, matérias de jornais e revistas e afins. De 2 a 5 anos de comprovações	De 10 a 20 pontos
Documentação da trajetória, por meio de registros diversos como fotos, certificados, declarações, vídeos, matérias de jornais e revistas e afins. De 5 a 10 anos de comprovações	De 20 a 30 pontos
Documentação da trajetória, por meio de registros diversos como fotos, certificados, declarações, vídeos, matérias de jornais e revistas e afins. Acima de 10 anos de comprovações	Até 60 pontos
Organização da inscrição, bem como as comprovações.	De 0 a 20 pontos
Subcritérios: 1 Critério = 10 pontos 2 ou mais Critérios = 20 pontos	De 0 a 20 pontos
TOTAL DE PONTOS	Até 100 pontos

Só caberá recurso na fase preliminar sendo, a decisão final da Comissão de Análise soberana, não cabendo mais recursos.

Após a habilitação, no caso de haverem mais projetos pré-selecionados do que a capacidade orçamentária do presente Edital, caberá à Comissão de análise, determinar os selecionados e suplentes, seguindo os seguintes critérios de desempate, na ordem que segue:

a) Será considerado o/a proponente com maior tempo de atuação artístico-cultural;









- b) Proponente com maior tempo sediado no município de Taquaritinga do Norte;
- b) Ainda persistindo o empate será considerado/a, o/a proponente com maior idade.

Para efeito de cálculo de nota, não atendendo nenhum subcritério, será atribuída nota0 (zero), atendendo-se a apenas um sub critérios do item, será atribuída nota 10 (dez). Atendendo-se a dois ou mais subcritérios, será atribuída nota 20 (vinte).

Subcritérios: Anexo IV

- a) Gênero feminino (cis ou transgênera);
- b) Pessoa Idosa com idade igual ou superior a 60 anos;
- c) Pessoa LGBTQIAP+;
- d) Pessoa Com Deficiência;
- e) Povos e Comunidades Tradicionais (quilombolas, de terreiro, ciganos
- e ribeirinhos);
- f) Pessoa em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Caso não se verifique projetos inscritos nas condições informadas da reserva de cotas, os valores e oportunidades deste edital passarão à categoria original a fim de incentivar quaisquer outros projetos.

Na hipótese de constatação de declaração falsa, a inscrição será desclassificada doedital se houver sido selecionado, e ficará sujeita à anulação da sua aprovação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Serão desclassificadas as inscrições que não estejam de acordo com o objeto do edital, bem como as que apresentem conteúdos que desrespeitem as diversidades religiosas, sexuais, de gênero, geracionais, os direitos da pessoa com deficiência e os direitos humanos em geral.

Serão desclassificados, na fase de avaliação preliminar às inscrições cujos valores solicitados sejam superiores aos determinados neste edital.

9. DOS IMPEDIMENTOS

Estão IMPEDIDOS (AS) de participar deste Edital, PROPONENTES que:

Foram habilitados no edital anterior da Lei Paulo Gustavo 2023;

Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos, e que estejam lotados na pasta da Secretaria de Educação, Cultura e esporte;

Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital;

Sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Não poderão apresentar projetos culturais, simultaneamente e na vigência do mesmo









Edital de Convocação, os sócios, dirigentes responsáveis, como pessoa física, e asociedade, como pessoa jurídica; igualmente não poderão apresentar projetos culturais, simultaneamente e na vigência do mesmo Edital de Convocação, a pessoa física e seu respectivo MEI. Caso sejam verificadas estas situações, os projetos da Pessoa Física serão excluídos em qualquer fase do edital.

É vedado o aporte na fruição artística ou cultural de conteúdo com proselitismo religioso ou político-partidário; de manifestações e eventos esportivos; de concursos; de publicidade, televendas e infomerciais; de propaganda política obrigatória e conteúdo eleitoral gratuito; de programas de auditório ancorados por apresentador; e de conteúdo que apresente práticas de desrespeito às leis constitucionais, ambientais, às mulheres, às crianças, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência, à cultura afro-brasileira, aos povos indígenas, aos povos ciganos ou a outros povos e comunidades tradicionais, bem como à população de baixa renda, pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIAP+, ou mesmo que expresse qualquer outra forma de preconceito e desrespeito aos Direitos Humanos ou incentive ao uso de álcool ou outras drogas.

10. DAS PENALIDADES

A apresentação de documentos falsos pelo Proponente acarretará a automática nulidade da inscrição, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, e aplicação das penalidades de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração e declaração de idoneidade, assegurada a prévia e ampla defesa.

Os Proponentes ficarão sujeitos às penalidades abaixo:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do projeto aprovado pelo descumprimento de qualquer obrigação prevista no Termo de Execução Cultural;
- c) Suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração Municipal de Taquaritinga do Norte por até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade (impedimento) de licitar ou contratar com a Administração Pública.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O segmento que não atingir a quantidade mínima de projetos selecionados conforme previsão acima, terá remanejado o recurso não utilizado para outros segmentos, de forma imparcial e igualitária, conforme tabela de distribuição de valores - item 3 deste Edital.

Havendo sobra de recursos em um dos segmentos/faixas deste edital o saldo remanescente poderá ser remanejado para contemplar propostas de outros segmentos/faixas respeitando a ordem de classificação e os demais critérios estabelecidos.









O remanejamento deverá priorizar os segmentos/faixas que possuam maior demanda de propostas de proponentes na condição de suplente, bem como respeitar as cotas reservadas às pessoas negras, pardas e indígenas, e demais subcritérios e, quando possível, a ordem de classificação.

O valor do projeto será pago em parcela única, na conta corrente, em qualquer instituição bancária nacional, que tenha o(a) proponente, Pessoa Física ou Jurídica comoúnico(a) titular.

No pagamento à Pessoa Física, a conta deverá estar no nome do proponente. Pessoa Jurídica, a conta deverá estar no nome da empresa. Para o MEI - Micro Empreendedor Individual será exigido a conta vinculada ao CNPJ.

Não sendo aceitas contas conjuntas, de terceiros ou contas fáceis com limite de recebimento diário, conta Fácil da Caixa Econômica Federal, Conta Poupança do Banco do Brasil, Poupança da Caixa Econômica Federal (operação 013) contas para recebimento de benefício do Bolsa Família e contas com limites diários inferiores ao do prêmio pleiteado.

Serão aceitas: Contas em bancos digitais autorizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme os constantes no link: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/encontreinstituicao

O valor pago ao proponente Pessoa Física ou Jurídica NÃO está isento da tributaçãode Impostos, sofrendo a retenção desses tributos na fonte.

As eventuais apresentações de impugnação deverão ser enviadas para o e-mail <u>diretoriadeculturataqdonorte@gmail.com</u> contendo motivo e prova da denúncia, no prazo previsto para interposição de recurso, conforme o calendário deste edital, item 7.

Qualquer Proponente participante deste Edital poderá apresentar recurso nos prazos estabelecidos no Calendário deste Edital, item 7. O recurso deverá ser enviado pelo email diretoriadeculturataqdonorte@gmail.com

A inscrição só será concluída/recebida após o preenchimento do formulário de inscrição e demais anexos solicitados nesta convocatória.

As pessoas com deficiência têm assegurado apoio ao processo de inscrição na sede da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada no endereço Rua Padre Berenguer, 103, Centro, Taquaritinga do Norte/PE., caso haja algum impedimento que dificulte a inscrição, durante o período estabelecido para a mesma, de acordo com o item 7, do calendário.

Não serão aceitas inscrições enviadas por e-mail ou qualquer outra forma diferentedas especificadas neste Edital.

Formulário inadequado ou incompleto, assim como a documentação incompleta implicará na automática desclassificação do projeto.

As inscrições estão passíveis de análise através de seleção em igualdade de condições, observando os requisitos mínimos previstos neste Edital, não havendo direitosubjetivo à SELEÇÃO.









A inscrição do(a) proponente implicará na aceitação das normas e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não se poderá alegar desconhecimento.

O presente Edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Taquaritinga do Norte, ou na sede da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizado no endereço: Rua Padre Berenguer, 103, Centro, Taquaritinga do Norte/PE.

O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Edital implicará na exclusão da inscrição em qualquer fase da seleção.

Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações fornecidas neste Edital e seus anexos.

Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Análise.

Os Proponentes cederão automaticamente ao Município, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, o uso da sua imagem e voz em diversos meios de comunicação, tais como internet, televisão, jornais, revistas e rádios.

Não serão aceitas inscrições que não cumpram com as exigências contidas no presente Edital ou estejam em desacordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

A relação das inscrições publicadas no resultado preliminar deste edital poderá sofrer alterações até a publicação do resultado final, não havendo, portanto, garantia de aprovação de nenhuma inscrição citada preliminarmente.

O presente Edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município - AMUPE.

As despesas que decorrerão das ações objeto deste Edital, correrão por conta de dotações próprias da Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte proveniente da Lei Complementar nº 195/2023 - Lei Paulo Gustavo - LPG, tendo como fonte recursos federais previstos na referida Lei e autorizados pela Lei Municipal nº 2.151/2023. Os valores previstos neste edital estão contidos na seguinte dotação:

ESPECIFICAÇÕES	VALOR
02.00 - PODER EXECUTIVO	
02.06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
1339202472.105 - LEI PAULO GUSTAVO	
33903100 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	251.000,00
33903600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	17.000,00
33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	14.000,00
TOTAL DO CRÉDITO	282.000,00

11.27. O presente edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no portal da Prefeitura de Taquaritinga do Norte e na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Taquaritinga do Norte, 27 de dezembro de 2023.

José Roberto Celestino Pedrosa Secretário de Educação Cultura e Esporte







ANEXO I FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. CATEGORIA

(assinale com um X a categoria na qual está sendo feita a inscrição. Assinale uma única opção):

A - Individual / Pessoa física		B - Individual / Pessoa jurídica	
A - Grupo sem CNPJ		B - Grupo com CNPJ	
A - Coletivo sem CNPJ		B - Coletivo com CNPJ	
A - Associações sem CNPJ		B - Associações com CNPJ	

	AUTODECLARAÇÃO					
PRO	PONENTE PESSOA I	FÍSICA	OU REPRESE	NTANTE L	EGAL DA PES	SSOA
JUR	R ÍDICA (O proponente de	ve pree	ncher e assinar	o anexo de p	essoa negra, p	essoa
indí	gena e/ou subcritérios).					

() Negro ou negra;
() Pessoa indígena;
() Gênero feminino (cis ou transgênero);
() Pessoa idosa(a) – com idade igual ou superior a 60 anos;
() Pessoas com Pessoa LGBTQIA+;
() Pessoa Com Deficiência (PCD);
() Povos e Comunidades Tradicionais (quilombolas, de terreiro, ciganos e
rik	peirinhos);
() Pessoa em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

3. SEGMENTO (assinale apenas um segmento)

ARTESANATO
ARTES INTEGRADAS
CIRCO
CULTURA POPULAR E TRADICIONAL
DANÇA









	LITERATURA					
	MÚSICA					
	TEATRO					
	PRODUÇÃO CULTURAL					
	GRUPOS					
5. D	5. DADOS DO GRUPO, COLETIVO, ASSOCIAÇÃO, PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,					
Inf	Informe qual o Nº do Cadastro municipal:					
No	Nome do Grupo/Coletivo/Associação/PF ou PJ:					
Nome do Responsável pelo projeto:						
Telefone:						
E-mail:						

6. DADOS DA/O INDICADA/O PESSOA FÍSICA (REPRESENTANTE)

(Preencher somente caso a inscrição seja de Pessoa Física, Grupo, Coletivo ou Associação Culturais sem CNPJ)

Nome completo:				
Nome Social:				
e-mail:				
1.				
2.				
Número do CPF:				
Endereço Completo do Proponente:				









7. IDENTIFICAÇÃO DA INSCRIÇÃO

a) Nome da/o candidata/o (escrever aqui o nome da personalidade, grupo, coletivo, associação ou instituição cultural indicado):
b) Descrever abaixo, o seu histórico de atuação na área. (Breve resumo do seu currículo cultural)
c) Descreva e comprove em ordem cronológica sua atuação cultural (Listar abaixo as comprovações curriculares que serão anexadas a este documento).
1
2.
3.

4











		1	ONIAO E RECONSTRUÇÃO
5.			
6.			
Γ.			
7.			
١٠.			
8.			
l_			
9.			
10.			
	 	 	<u> </u>









ANEXO II AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA NEGRA

(Produtor/a Cultural autodeclarado negro/a)

Eu,		, abaix	ko assinado, de	nacionalidade
	nascido em		, no n	nunicípio de
	, fi	lho de		, e
de		, estado de		, estado civil
	residente	е	domiciliado	à
			CEP nº	,
portador da cédula de	e identidade nº		, CPF nº	
declaro, sob as penas	da lei, que sou negro(a	a)*. Estou ciente de c	que as informações d	eclaradas neste
documento serão di	vulgadas Secretaria d	e Educação Cultura	e Esporte, de form	na pública, nas
publicações dos resul	ltados oficiais deste ed	ital e, em caso de fa	ılsidade ideológica, fi	carei sujeito às
sanções prescritas no	Código Penal* e às de	mais cominações lega	ais aplicáveis.	
	de		de 2024	
	Assina	tura do declarante		

^{*}Para efeito deste edital, serão consideradas negras as pessoas pretas ou pardas, conforme o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010).

^{**}O Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.









ANEXO III AUTODECLARAÇÃO PESSOA INDÍGENA

Eu,						_ de	nacional	idade
	estado	civil					_, pro	fissão
		_, RG	nº				_, CPF	nº
	r	esidente		е	domi	ciliado(a)	na
					, n	o m	unicípio	de
	, est	ado de Pe	ernam	buco, sob	minha re	esponsa	bilidade	legal,
declaro, nos termos da Lei nº 7.1	15/83, so	b as pen	as da	lei, que	sou ()indíge	ena DO I	POVO
Est	ou ciente	de que a	as info	rmações	declarad	as nest	e docun	nento
serão divulgadas pela Secretaria de	e Educação	Cultura	e Esp	orte, de f	orma púb	olica, na	as public	ações
dos resultados oficiais deste edita	l e, em ca	aso de fa	lsidad	e ideológ	gica, ficar	ei sujei [.]	to às sa	nções
prescritas no Código Penal** e às d	emais com	ninações l	egais a	aplicáveis				
	,	de		d	e 2024.			
					-			
	ιΔssinati	ıra do de	claran	te)				

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

^{*} Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016

^{**}Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:









ANEXO IV

AUTODECLARAÇÃO SUBCRITÉRIOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS CRITÉRIOS DE INDUÇÃO

Eu,			(ı	nome	social –
opcional),	civilmente	registrado(a)		como
assinado, de nacional	idade	, nascido	 o(a) em	_ /	abaixo /,
no município				,	estado
		, residente (e dom	iciliado	o(a) à
, CEP		, portador(a) da	cédula de	 ident	tidade nº
		/, órgão expe	edidor		
CPF	dec	laro para os devidos fins,	que:		
() GÊNERO FEM	bcritérios nos quais você s IININO (CIS OU TRANSGÊN Com idade igual ou superi	ERO)	ei 10.741/2	003 - E	statuto da
enquadrando, portan documento serão div publicações dos resul	GBTQIAPN+ me identifico ito, na sigla LGBTQIA+. Es ulgadas pela Secretaria de tados oficiais deste edital Código Penal** e às dema	tou ciente de que as inf e Educação Cultura e Esp e, em caso de falsidade	formações oorte, de fo ideológica,	declara orma pu	idas neste ública, nas
termos do Art. 2º da documento serão div publicações dos resul	EFICIÊNCIA declaro, sob a a Lei nº 13.146/2015. Est ulgadas pela Secretaria de tados oficiais deste edital Código Penal* e às demais	ou ciente de que as inf e Educação Cultura e Esp e, em caso de falsidade	ormações oorte, de fo ideológica,	declara orma pu	idas neste ública, nas
sou ()quilombola, (de que as informaçõe	•	de de terreiro, () cigar ", especifique, obrigatori nento serão divulgadas p	no, ()rib iamente, qu pela Secreta	eirinho ual). Es aria de) ()outra tou ciente Educação









falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal** e às demais cominações legais aplicáveis.

() PESSOA EM SITUAÇÃO DE VULNERA termos da Lei n° 7.115/83, que me encontro em vista que a minha família enquadra-se en 1. possui renda mensal per capita (por 2. possui renda familiar mensal total de até tresponsabilidade a veracidade das informaçõ	em situação de vulnerabilidado n uma das seguintes condições: pessoa) de até meio salário mín rês salários mínimos. Estou cien	e socioeconômica, tendo nimo, ou te que é de minha inteira
	de	de 2024.

Manual de Comunicação LGBTI+, disponível aqui: https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf

Assinatura do(a) declarante

Proteção e Atendimento a Travestis e Transexuais: Caminhos Para a Garantia dos Direitos Humanos, disponível aqui: https://42591db2-5171-4bc2-9173-

225378cc4c25.filesusr.com/ugd/dcb2da 645cde72c7c44c249fdb10cd88a38756.pdf

O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação, disponível aqui: https://42591db2-5171-4bc2-9173-

225378cc4c25.filesusr.com/ugd/dcb2da 73103282330d4afe9578b69c5e6a764c.pdf

**O Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.









ANEXO V

DECLARAÇÃO DE REPRESENTANTE DO GRUPO, COLETIVO, ASSOCIAÇÕES, INSTITUIÇÕES COM OU SEM CNPJ

0	grupo/co	oletivo/asso	ociação/instituição	_	
			_, natural do munio	cípio de XXXXXXXXXX	<mark>XX</mark> – PE,
formado po	or (quantidade)	me	mbros, devidamer	nte qualificados, vem	através
desta,	nomear	0	também	integrante	(a)
				, brasileiro, porta	ador da
cédula de id	dentidade RG:			_, inscrito no CPF/MF	sob o nº
			_, como seu repr	esentante perante os	órgãos
competente	es, podendo o(a) rep	oresentante	e aqui constituído a	apresentar propostas,	projetos
culturais, re	equerer, assinar co	ntratos e	outros instrumento	s jurídicos similares,	receber
valores fina	nceiros referentes a	cachês art	ísticos, patrocínios	prêmios, emitir notas	fiscais e
			•	os na legislação viger	
•	,	•	•	ei Complementar 195	
julho de 202	23 – Lei Paulo Gusta	ivo, regulai	mentada pelo decre	eto nº 11.525 de 11 de	maio de
2023 e deci	reto municipal 0 <mark>XX</mark> /2	023, que r	egulamenta a referi	da lei a nível municipa	ıl.
	:	de		de 2024.	
. •	s do grupo (Anexar	cópias do	RG)		
1 - 			Assinatura		
	(nome legível)				
RG:			CPF:		
2 -			Accincture		
			ASSIIIatura		
RG:	(nome legível)		CPF:		
			OF1		
3 -			Assinatura		
			, toomatara		
RG:	(nome legível)		CPF:		







ANEXO VI EDITAL DE PREMIAÇÃO LEI PAULO GUSTAVO FORMULÁRIO DE RECURSO

Esse documento não faz parte dos documentos de inscrição e só poderá ser utilizado após publicação dos resultados, e somente em casos em que o candidato considere a necessidade de pedido à Comissão quanto à revisão de sua situação na etapa de Seleção.

RECURSO

Número de Insc	rição:				
Nome do propo	nente:				
Nome do projet	D:				
Telefone de cor	itato:				
E-mail:					
Justificativa (descreva de for	ma objetiva o mo	tivo do pedido	o de recurso)	
Data: de _		do 2024			
Data de _		ue 2024.			

Nome e assinatura do proponente do projeto (Pessoa Física ou Jurídica)